

JUDICIÁRIO

# Beija-mão no dia seguinte

Agora 11º ministro do STF, André Mendonça esteve na Corte com o presidente Luiz Fux e se encontrou com Jair Bolsonaro. Posse será dia 16

» LUANA PATRIOLINO

O novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça teve, ontem, um dia de visitas de agradecimentos, 24h depois de receber o aval do Senado para assumir a 11ª cadeira na Corte. O ex-advogado-geral da União esteve no gabinete do presidente da Corte, Luiz Fux, para uma reunião de portas fechadas. O encontro começou por volta de 13h e durou cerca de uma hora. Na saída, ambos não falaram com a imprensa, mas foi confirmado que Mendonça tomará posse no STF em 16 de dezembro.

Mais cedo, o novo ministro foi até o Palácio do Planalto para "dar um abraço" no presidente Jair Bolsonaro — mas não o encontrou, pois estava em agenda no Rio. Mas, no meio da tarde, conseguiram se reunir, conforme registrou o líder do governo

na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em seu Twitter.

Indicado para assumir a cadeira deixada em julho devido à aposentadoria de Marco Aurélio de Mello, Mendonça foi sabatinado na última quarta-feira por mais de oito horas. Seu nome foi aprovado no plenário do Senado por 47 votos a favor, seis a mais do que o mínimo necessário.

Ele herdará mais de 900 processos que estavam sob relatoria de Marco Aurélio de Mello. Mendonça deverá participar de julgamentos sobre temas considerados polêmicos, que abordam questões como o bloqueio de perfis de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais e a prisão após condenação em segunda instância.

## Previsível

A sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi

considerada "previsível" pelos senadores. Deu respostas bem ensaiadas sobre temas incômodos para o bolsonarismo, como casamento homoafetivo, democracia, posse e porte de arma, Lei de Segurança Nacional e questões LGBTQIA+.

O questionamento feito sobre casamento homoafetivo foi o que, supostamente, causou algum desconforto. Mas, segundo o deputado federal Sôstenes Cavalcante (DEM-RJ) — que é pastor evangélico como Mendonça — o novo ministro respondeu ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES) de forma a não se comprometer com o tema.

"É dever de qualquer ministro do STF ser guardião da Constituição. O ministro não tem o dever de defender o que não está no texto constitucional", explicou o parlamentar. **(Colaborou Ingrid Soares)**

## » Norma do TCU barra Bezerra

O Tribunal de Contas da União aprovou, na última quarta-feira, resolução vetando a nomeação à Corte de indicados que respondam a ação penal por crime doloso contra a administração pública ou a ação por improbidade administrativa. Na prática, a resolução impede que o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que é candidato à vaga do ministro Raimundo Carreiro, tenha condições de sucedê-lo. Carreiro deixará o cargo para assumir como embaixador do Brasil em Portugal. Já Bezerra é réu em ação de improbidade administrativa no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Guedes perdeu o rumo, mas ninguém tem uma alternativa

A desaceleração global da indústria e a redução do preço das commodities pode provocar uma tempestade perdida no Brasil, se a economia brasileira continuar fora de controle e desacelerando. Na prática, o único instrumento disponível para evitar uma explosão dos preços é a alta dos juros. O ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu a credibilidade e a economia está ancorada apenas na política monetária, ou seja, na ortodoxia do Banco Central (BC).

Os números divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o Brasil está vivendo uma "recessão técnica", puxada pelo agronegócio — pasmem! —, que teve uma queda de atividade de 8% no terceiro trimestre de 2021. O PIB variou -0,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A Indústria ficou estável (0,0%) e os Serviços subiram (1,1%). No setor externo, tanto as exportações de bens e serviços (-9,8%) quanto as importações de bens e serviços (-8,3%) tiveram quedas em relação ao segundo trimestre de 2021. Mesmo assim, o PIB cresceu 4,0% frente ao mesmo período do ano passado.

É aí que mora o perigo, por causa da falta de compromisso com o equilíbrio fiscal e o auto-engano do governo em relação ao desempenho da economia, haja vista o baluartismo do presidente Jair Bolsonaro nas viagens que fez à Itália e aos Emiratos Árabes. O PIB desse ano deve crescer 5%, mas esse crescimento é relativo ao desempenho da economia no ano passado, quando a recessão foi de -4,1%, a pior retração em 24 anos. Ou seja, estamos diante de um "voo de galinha", que pode virar um mergulho no mar de incertezas de 2022.

Enquanto a política segue seu curso intangível, sem previsibilidade do que vai ocorrer nas eleições presidenciais do próximo ano, o debate eleitoral que se avizinha, pelas manifestações dos pré-candidatos até agora, não é nada animador. Ninguém tem uma proposta clara para a economia, e as narrativas predominantes, tanto no governo quanto na oposição, são de viés populista, sem nenhum compromisso com o problema fiscal nem uma chave realista para a retomada do crescimento.

A principal causa de revisão das expectativas para o PIB em 2022 é a inflação, que deve obrigar o Banco Central a subir ainda mais os juros, com efeito negativo sobre o consumo das famílias e o investimento das empresas. O mercado financeiro está prevendo uma inflação de 8,4% em 2021. O PIB do próximo ano foi revisado de 1,7% para 1,3%.

Incertezas eleitorais  
Mesmo com o novo Auxílio Brasil, viabilizado ontem pela aprovação da PEC dos Precatórios no Senado, a renda das famílias deve crescer 1,5%. A taxa de desemprego para o próximo ano deve chegar aos níveis pré-pandemia somente em 2023. Além disso, haverá uma acomodação de preços das commodities, principalmente de minérios, além de redução das exportações para a China. O espetacular crescimento do superávit da balança comercial, que foi de US\$ 76,6 bilhões em 2021, deve desacelerar em 2022, ficando em US\$ 74,1 bilhões.

É aí que a questão eleitoral ganha contornos dramáticos. O processo eleitoral é um fator de incertezas para a mercado financeiro. Ao mesmo tempo, é a travessia a ser feita, porque um novo governo terá credibilidade para adotar medidas econômicas e tirar a economia da estagnação. O problema é que todos os candidatos estão fugindo do debate econômico; apenas emitem sinais de fumaça, quando indicam um porta-voz econômico — como fez o ex-ministro Sergio Moro ao indicar Antonio Celso Pastore para comandar seu programa econômico — ou lançam propostas que miram muito mais os interesses corporativos do que, propriamente, uma saída da crise — como fez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar dos preços dos combustíveis e da Petrobras.

O único candidato que tem propostas claras e conhecidas para a economia é Ciro Gomes (PDT). Mas o ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco nas eleições de 1994 não tem a simpatia do mercado financeiro. Com prefácio do Roberto Mangabeira Unger, seu livro *Projeto Nacional, o Dever da Esperança* propõe a retomada do percurso inaugurado pela Era Vargas e interrompido no início da década de 1980. "O neoliberalismo nos trouxe até aqui. Mas não nos tirará daqui", avalia. Acontece que o nacional-desenvolvimentismo é considerado um modelo esgotado pela globalização.

## XVII Fórum Jurídico (on-line)



### Participação especial

### Txai Suruí

Etnia Paeter Suruí, Estudante de Direito, Ambientalista que discursou na abertura da 26ª COP26, em Glasgow, na Escócia. Atua no Núcleo Jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental-Kanindé para povos da Amazônia. Criadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

## A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

6 de dezembro de 2021 - 9h

Justa homenagem ao saudoso Desembargador, Jurista, Ambientalista e Professor Eladio Luiz da Silva Lecey



### PALESTRANTES CONVIDADOS

**ABERTURA: Ministro do STJ, Dr. Herman Benjamin** - A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

**Ministro do STF, Dr. Carlos Ayres Brito** - O Direito Fundamental da Posse Imemorial dos Povos Indígenas no Brasil, sem barreiras do marco temporal

**Líder das Causas Indígenas no Brasil, Txai Suruí** - A Proteção dos Povos Indígenas e dos Ecossistemas da Amazônia, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

**Promotora de Justiça no Estado do Pará, Dra. Eliane Moreira** - A proteção da Amazônia e o Poder Judiciário

**Procurador Regional da República, Dr. Felício Pontes** - O Direito Fundamental ao Território das Comunidades Quilombolas no Brasil

### COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Desembargador Federal Souza Prudente** (Diretor da Esmaf)

**Desembargador Federal Wilson Alves de Souza** (Vice-diretor da Esmaf)

**Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos** (Coordenador Pedagógico da Esmaf)

### MEDIADORA TEMÁTICA

**Desembargadora Federal Mônica Sifuentes**



www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegião

\* Não há necessidade de inscrição prévia  
\* Link para emissão de certificado durante transmissão

Informações pelo e-mail: [esmaf@trf1.jus.br](mailto:esmaf@trf1.jus.br)